INFORME

Nº 2 – SETEMBRO DE 1985

Eleição do REITOR

APUBH • ASSUFEMG • DCE

A caminho da democratização

Os debates promovidos pela Comissão Eleitoral Central, as assembléias dos segmentos, a pesquisa realizada pelas três entidades, as reuniões informais com os candidatos, todas estas manifestações ajudam a consolidar o importante momento por que passa a Universidade Federal de Minas Gerais: o da escolha de seu próximo reitor.

A comunidade universitária vai, aos poucos, conscientizando-se da responsabilidade que conquistou ao exigir sua participação efetiva no processo sucessório – e essa participação começa a tomar a esperada dimensão.

Com os candidatos já lançados, é natural que seus nomes passem a fazer parte do cotidiano da UFMG. As pessoas expressam simpatias, polemizam sobre os nomes e reafirmam que suas entidades representativas, ao lutar pela eleição direta do reitor, não estavam externando o resultado de qualquer alquimia de cúpula, mas apenas dando vazão a um direito – até então sufocado – que é de todos: o direito de exprimir-se politicamente.

A comunidade universitária, como vem demonstrando nos debates, tem questões claras a dizer e para elas esperam ouvir respostas claras.

Problemas essenciais para a comunidade, como o das creches, que interessa os três segmentos; a discussão sobre a participação paritária dos segmentos nos órgãos da UFMG, que se reveste de especificidades que impedem a generalização do tratamento do assunto, uma vez que nem todas as áreas da universidade dizem respeito a todos os segmentos; a forma de preenchimento dos cargos de direção superior; a criação de um órgão específico para tratar de assuntos estudantis, administrado pelos estudantes; o problema das fundações internas à Universidade e, mais, como viabilizar a efetiva integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a melhoria da qualidade do ensino, a organização das estruturas acadêmica e administrativa e o exercício da cidadania universitária. Essas e outras questões de relevância estarão pesando contra ou a favor dos candidatos, de acordo com o tratamento que a elas for dado nos debates e em seus programas de ação.

Os pontos já levantados nas discussões demonstram também o alto nível dos questionamentos, e o desejo de mudanças concretas e decisivas para a vida universitária. Com isso, adquirimos a certeza de que o caminho para a conquista da autonomia e para a democratização é o que estamos trilhando.



JÁ SÃO SETE OS CANDIDATOS A REITOR

Sete professores já se inscreveram junto à Comissão Eleitoral Central para a eleição do dia oito de outubro. São, por ordem de inscrição, os professores **Hélio Pontes**, *Pró-Reitor de Planejamento,* **Lourival Vilela Viana**, *Diretor da Faculdade de Direito,* **José Alberto Magno de Carvalho**, *Diretor do CEDEPLAR e Presidente da CPPD;* **Beatriz Alvarenga Álvares**, *Doutora e Livre Docente em Física e membro do Comitê de Educação do CNPq;* **Cid Veloso**, *Diretor do Hospital das Clínicas;* **Edward Félix da Silva**, *Diretor do ICB; e* **José Martins de Godoy**, *Titular do Departamento de Engenharia Metalúrgica.*

O prazo para inscrição de candidatos encerra-se no dia 25 de setembro.

Estratégia Eleitoral

No dia oito de outubro, quando se iniciar a votação prévia para reitor da UFMG, a comunidade irá se defrontar com uma questão que desde já fomenta discussões nas unidades: deve-se votar em apenas um nome ou, ao contrário, votar em vários, compondo uma lista? A origem imediata desta dúvida é o fato de que a cédula conterá o nome de **todos** os candidatos a reitor, podendo o eleitor marcar de um a seis nomes (se marcar mais de seis, o voto é anulado). Mas por trás dessa dúvida aparentemente simples, esconde-se uma questão mais complexa. É que o resultado da votação será remetido ao Colégio Eleitoral que **não se comprometeu explicitamente a acatar o resultado das urnas.** Embora esse acatamento seja desejo claro da comunidade, existe o risco de que o Colégio venha a elaborar uma lista diferente da que sair das urnas (por exemplo, trocando a ordem dos nomes). Tem mais: ainda que o Colégio respeite a nossa lista, o Governo Federal pode nomear (dentro dela) um nome que não o mais votado.

Por isso, conhecendo essa realidade, é preciso estabelecer uma estratégia eleitoral que reduza ao mínimo o risco de acabarmos tendo um reitor que não represente as reais aspirações da comunidade universitária. Em outras palavras, é preciso trabalhar para que candidatos com propostas e posturas indesejáveis não tenham chance de chegar à reitoria, mesmo que tentem se utilizar de expedientes como alteração da lista pelo Colégio ou pelo Governo.

A primeira vista parece mais lógico escolher um único candidato e descarregar em seu nome o maior número de votos possível. Os defensores desta posição acham que é a melhor forma de garantir o primeiro lugar da lista para um bom candidato, deixando os demais com uma votação inferior a esse primeiro. Uma grande diferença de votos agiria como fator de pressão sobre o Colégio Eleitoral, para que este referende a lista, mantendo a mesma ordem da prévia.

Contudo, achamos que não é esse o caminho adequado. Entendemos que a luta pela democratização da universidade não começou hoje e nem terminará com a eleição do reitor. O processo eleitoral que alcançamos é um momento desta luta. Não é o ideal, mas é o possível dentro da correlação de forças atual e, inegavelmente, uma conquista. Diante desse processo setores expressivos do movimento docente trabalharam no sentido de criar candidaturas com propostas que representam as posições da categoria. Está claro, portanto, que existe mais de uma candidatura afinada com as teses pelas quais temos lutado. Seria oportuno rompermos com esse processo, que espelha o movimento real da universidade? A tese do "voto único" não romperia com essa dinâmica? Por que rejeitar o bloco de candidaturas que naturalmente está surgindo do conjunto do movimento e isolá-las, nivelando-as com, por exemplo, candidaturas nitidamente corporativas?

Nossa posição é favorável a que se vote em mais de um candidato. É óbvio que isso não inviabiliza o trabalho preferencial por uma determinada opção, como já vem acontecendo. O que não podemos é, em nome dessa preferência, ignorar que o anseio da comunidade está se expressando em mais de uma candidatura.

O movimento docente soube caminhar unido até aqui. Continuaremos unidos. Temos a certeza de que qualquer desrespeito às "regras do jogo" encontrará resposta imediata e contundente da comunidade universitária, na defesa dos direitos que ela conquistou.

A diretoria da APUBH

A Democracia está em nossas mãos

Em nosso primeiro Informe conjunto com a APUBH e ASSUFEMG, sublinhávamos uma caracterização nítida do processo eleitoral. Partíamos de uma crítica clara, sem tergiversações, à natureza autoritária do Colégio Eleitoral. Pois bem. No momento em que escrevemos este artigo, dois debates, com os reitoráveis, foram realizados. Respectivamente, no Icex e na Medicina. O processo apresenta algumas evoluções, na medida em que o próprio debate as provocou.

Mas, antes, por método e rigor, voltemos ao ponto de partida: a natureza do processo.

Uma simples pesquisa histórica nos mostra a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, ocorrida em 1931, pelo primeiro governo do ditador Getúlio Vargas. Este estatuto prevê o controle da escolha do reitor pelo Ministro da Educação, com a base em uma lista apresentada pela direção da Universidade. Como podemos concluir, analisando a legislação atual, o essencial está preservado na gestão do governo da "Nova República". Sobrevivem os pactos de interesses, nas cúpulas, tentando determinas conteúdo e rumo da Universidade. Mas, transcendendo estes aspectos, pode-se notar que algo mudou, no entrechoque das forças sociais.

E, aí, podemos compreender melhor, quando se trata da evolução do processo, a partir dos dois primeiros debates. Os questionamentos à atual estrutura da Universidade, e ao projetos que se apresentam, são formulados (e respondidos) de público. Estabelecem-se cobranças, bases de compromissos, condições para a escolha do voto, em tal ou qual candidatura.

Isto é profundamente salutar. Este método permite a explicitação de alcance e limite de cada reitorável, no terreno das propostas e comprometimentos, dificilmente "solúveis" após as eleições, caso a comunidade coloque-se atenta e mobilizada, participando passo a passo das decisões.

Seremos cidadãos, enfim, neste nosso espaço cotidiano, a Universidade?

Esta é uma opção de consciência e participação. Os omissos sempre encontrarão terreno próprio onde manifestar seu "desencanto". Apontarão diversas razões. Mas, o crivo principal, hoje, è a ação ou à inação, dentro do processo.

Pois estamos todos *dentro* da Universidade. Fica difícil "justificar" a indiferença, quando se trata dos destinos da Universidade.

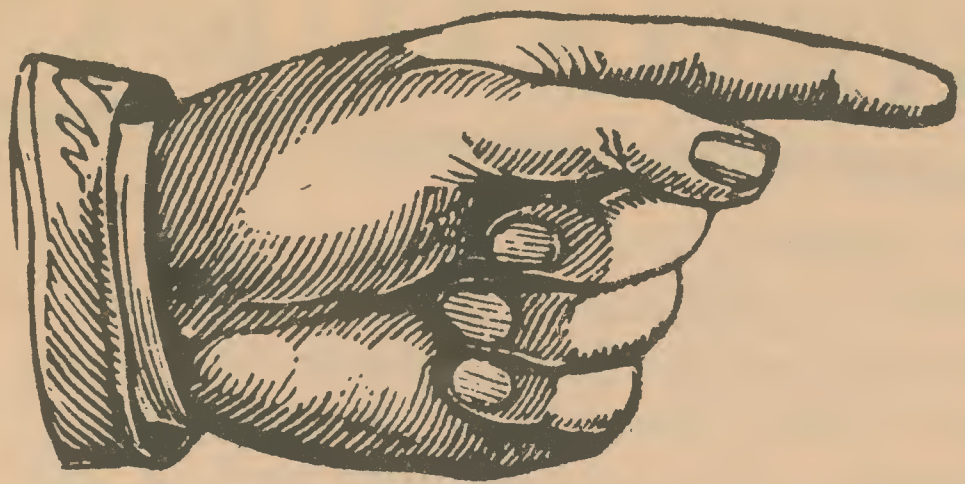
Por isso, é que insistimos na importância crucial do PROGRAMA, sem o qual, a apreciação das candidaturas perder-se-á num subjetivismo tão "idílico" quanto imponderável. Não adiantam os belos olhos do ou da reitorável. O que se propõe como *balizamento democrático* das mudanças? É essa a questão.

Por fim, não vamos nos iludir, pecando por excesso de ingenuidade. Temos um Colégio Eleitoral, pela frente, depois das eleições do dia 8/10. É um Colégio cuja maioria detém poder por vias indiretas. É um Colégio que precisa sentir o "calor" da comunidade, precisa ser pressionado a acatar o resultado das urnas. Por isso, mantemos nossa proposta, *dirigida a todos* e, particularmente, *aos professores e funcionários,* no sentido de nos manifestarmos, todos juntos, pela democracia, no dia em que o Colégio se reunir, para que possamos garantir o resultado das urnas.

Colocamos, para debate público, a proposta de que o voto dos membros do Colégio Eleitoral não seja feito secretamente, *mas a descoberto,* já que, em tese, nada há que se possa ou que se deva ocultar à COMUNIDADE.

DCE-UFMG

INFORME
Eleição do REITOR
Nº 2 – setembro de 1985
Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte - APUBH, Associação dos Servidores da UFMG – ASSUFEMG e Diretório Central dos Estudantes – DCE.
Endereço: Rua Carangola, 288 – Salas 4/5 – Fone: 223-9504.
Jornalista Responsável: Francisco de Morais Mendes – Matrícula SJPMG 2.237.
Colaboraram nesta edição: Ivana Versiani, Fernando Pimentel e Geraldo Guedes (APUBH), Francisco de Assis Mota (ASSUFEMG), Ronaldo Mourão (DCE).
Diagramação, montagem e ilustrações: Edson Ricardo (Cooperativa dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais).
Fotos: Ana Maria Soares.
Composição: Técnica Composição e Arte - 222-7226.
Impressão: Segrac.
Tiragem: 10.000 exemplares.



Debates: comunidade aponta as mudanças

A realização dos dois primeiros debates propostos pela Comissão Eleitoral serviram para aquecer o interesse da comunidade pela eleição que se aproxima. Na manhã do dia 12, data do primeiro debate, o auditório do ICEX foi tomado por professores e funcionários, mais que por estudantes, para ouvir e argüir os cinco candidatos inscritos até aquele momento. Coordenado pelo professor Luiz Gonzaga Fonseca e Silva, diretor do ICEX, o debate contou com a participação dos candidatos Hélio Pontes, Lourival Vilela Viana, José Alberto Magno de Carvalho, Beatriz Alvarenga e Cid Veloso.

A seção foi aberta com a apresentação, por parte dos candidatos, de suas idéias e programa de ação. A seguir o auditório apresentou à mesa perguntas por escrito e sempre dirigidas ao conjunto dos candidatos. A falta de controle do tempo para as respostas dos candidatos prejudicou a dinâmica do debate, reduziu o número de perguntas apresentadas e alongou em muito a sua duração, o que, fatalmente, provocou o esvaziamento do auditório. Iniciada às 9:30 horas, a seção estendeu-se além das 13 horas.

No entanto, o debate teve resultado positivo, principalmente se comparado com os da última eleição de reitor, com perguntas mais objetivas, demonstrando o crescimento do desejo de participação na vida da UFMG. Pelas respostas, verificou-se que os candidatos têm propostas e idéias claras sobre o que deve ser feito – mesmo que as idéias expressem estilos e maneiras diferentes de conceder a universidade.

A primeira pergunta lida pela mesa refletiu o desejo de mudança que percorre a UFMG: "Se eleito, como fará o preenchimento dos cargos de direção dos órgãos suplementares da reitoria?" Outra questão pedia o comprometimento dos candidatos para que a próxima eleição de reitor seja realmente direta, sem intervenção de colégio eleitoral. Do mesmo modo, foi perguntado se os candidatos acham justa a eleição direta de diretor de unidade. As duas últimas questões receberam um unânime "sim" dos candidatos. Esperamos que isso signifique a garantia da democratização da vida universitária.

Questões relativas à composição de órgãos colegiados, ressaltando a pequena representação por parte dos funcionários, reivindicação das seis horas corridas de trabalho, críticas à admissão de servidores sem concurso público, e discussão sobre cargos ocupados por professores e que poderiam ser destinados a funcionários graduados, mostram o interesse dos funcionários por questões da administração universitária.

Foi exigida uma melhor definição da política de ensino, pesquisa e extensão, bem como a integração de ensino e pesquisa. Quanto à extensão, uma crítica despertou atenção: por que não se preocupa com os funcionários da UFMG, entre os quais ainda há analfabetos?

Os estudantes foram criticados pela ausência no debate e pela alienação ante os problemas da universidade. Se estes faltaram, o mesmo não aconteceu com as crianças da creche, que, em passeata, marcaram sua presença no auditório, com cartazes que pediam apoio à creche da UFMG. O último bloco de perguntas, relativas à creche, não foi respondido pelos candidatos. O auditório já estava vazio. As questões foram encaminhadas à CEC, que pretende publicar as respostas no seu boletim semanal.

NA MEDICINA, O PROTESTO DOS RESIDENTES

O segundo debate foi realizado no dia 17, pela manhã, na Faculdade de Medicina. Além dos cinco candidatos presentes ao primeiro, participou também o professor Edward Félix da Silva, diretor do ICB, que se inscreveu oficialmente como candidato na tarde daquele dia.

As crianças voltaram a pedir apoio aos candidados. Um estudante quis saber se alunos e funcionários continuariam excluídos das decisões centrais. A proposta de paridade da representação nos colegiados foi novamente lançada. É questão polêmica, e a tentativa, própria do discurso populista, de generalizar respostas, pode resultar em ilusionismo, pois nem todos os segmentos teriam motivo ou interesse na participação em certos setores da UFMG. Polêmica também foi uma questão sobre a desvinculação do Hospital das Clínicas da UFMG. Os candidatos são unânimes em afirmar que isso não deve ocorrer. Os médicos residentes questionaram o fato de ficarem excluídos do processo de escolha do reitor, foram à luta, apresentaram uma moção que será enviada ao Reitor, na qualidade de presidente do Colégio Eleitoral, pedindo a correção do erro. Os funcionários, por sua vez, questionaram os candidatos sobre pagamento desigual de horas extras, burocracia excessiva da universidade, exigência de concurso público para admissão, e incentivo ao trabalho.

O debate foi coordenado pelo professor Antônio Benedictus Philadelphio Siqueira, da Faculdade de Medicina, e apresentou, quanto à forma, algumas diferenças em relação ao primeiro. Os candiatos dispuseram de 10 minutos para exposição de suas idéias e o tempo para respostas foi fixado em três minutos. A decisão de só apresentar perguntas dirigidas ao conjunto dos candidatos teve como resultado 15 perguntas que sequer foram lidas para o público.

Por outro lado, a apresentação de perguntas somente por escrito, julgadas a princípio boa solução para que o debate fosse mais organizado, revelou-se demasiado neutra, impessoal e ineficaz no sentido de torná-lo um verdadeiro debate e não um simples questionário.

CANDIDATURAS

Dando seqüência à apresentação dos candidatos já inscritos, publicamos as entrevistas concedidas pelos professores Beatriz Alvarenga Álvares, Doutora e Livre Docente em Física e membro do Conselho Estadual de Educação e do Comitê de Educação do CNPq; Cid Veloso, Diretor do Hospital das Clínicas, e Hélio Pontes, Pró-Reitor de Planejamento.





Beatriz Alvarenga

Beatriz Alvarenga

Quais os principais pontos ou idéias de seu programa de candidata a reitoria?

Beatriz Alvarenga — A minha proposta está ainda pouco alinhavada, porque, por princípio, prefiro deixar que isso seja feito com a colaboração da comunidade universitária. Naturalmente, temos alguns pontos básicos. A meta do nosso trabalho seria uma integração da universidade, que, pela minha percepção e de pessoas com as quais converso, está bastante esfacelada, desintegrada. As pessoas trabalham isoladamente. Outro aspecto também que me proponho a tentar desenvolver é uma condição de maior ânimo dentro da universidade. As pessoas estão muito desalentadas, sem entusiasmo para desenvolver o seu trabalho, quer entre os estudantes, professores, funcionários, a coisa parece ser bem generalizada. Tenho um projeto, se for indicada, de desenvolver um plano global para a UFMG, que seria tentar envolver todos os setores, procurando detetar os aspectos mais graves que são percebidos no seu funcionamento, localizar os bloqueios que impedem as pessoas de trabalharem com mais satisfação. Há muitas pessoas marginalizadas aqui dentro, em todos os segmentos. Professores que poderiam dar uma grande contribuição e que não encontram incentivo ou não chegam a formar um gru-

po. As atividades estão muito partimentalizadas, cada um trabalhando isoladamente. E os funcionários, por exemplo, reclamam de não participarem, de um modo geral, das atividades e não são incentivados na sua carreira. Há certos aspectos que parecem muito simples, coisas que nem deveriam aparecer num plano de trabalho de um reitor, mas tenho notado em certos setores, que as próprias condições físicas de trabalho impedem que as pessoas desenvolvam sua tarefa, por falta de material para o ensino e para a pesquisa. Essas coisas podem parecer superficiais, mas são importantes.

Para alcançarmos essa meta precisaríamos conquistar a autonomia universitária. Sem isso, fica muito difícil para o reitor definir o trabalho. Existe uma série de empecilhos que, sem autonomia, irão tolher as atividades dele. Então temos que lutar por essa autonomia, que, de modo geral, não é conquistada isoladamente. Dependerá de um trabalho conjunto das universidades federais. E deve ficar claro que a autonomia não dispensa o nosso compromisso de prestação de contas à sociedade, que mantém a universidade e, portanto, deve ser notificada das atividades desenvolvidas, das verbas. Autonomia não significa autoritarismo dentro da universidade, nada disso.

Outro ponto que precisamos desenvolver, para faciliar o trabalho, é a própria comunicação interna. A criação de canais de comunicação que permitam a transparência dos trabalhos realizados.

Essa desintegração dentro da universidade decorre de quê?

Um dos aspectos que podem ter contribuído para isso é a própria estrutura. Tínhamos uma estrutura arcaica, antes da reforma universitária, que era a das escolas isoladas, com duplicação de meios, um ciclo básico para cada escola, às vezes, reproduzindo o mesmo ensino. Essa estrutura foi substituída por outra, a da reforma universitária, que teria por objetivo integrar os setores que trabalhassem numa mesma área, mas aconteceu que isso foi desenvolvido de maneira tal que dificultou ainda mais a comunicação entre departamentos, até entre departamentos afins. Procurou-se colocar alunos de unidades diferentes em contato, o que seria possível nos ciclos básicos. Mas houve o rompimento de turmas e isso parece que em lugar de melhorar as condições acentuou essa desintegração. Hoje, nota-se que ela ocorre de departamento para departamento, dentro de um próprio departamento. Não temos conhecimento das atividades de pesquisa desenvolvidas dentro da universidade, às vezes com muito êxito. Não se sabe das atividades de outros departamentos, não há canais para conhecê-las. Os alunos estão dentro de uma estrutura que não conhecem, ficando bastante alienados. O colegiado de curso, que foi criado para integrar o ensino de determinado curso, não conseguiu êxito nisso. Os colegiados não têm poder, e se têm, esse poder não foi assumido por eles. Então, a desestruturação existe dentro do próprio currículo de um curso. Vejo esses aspectos, como os mais graves que provocaram essa desintegração.

Como a sra. vê o atual processo de escolha de reitor?

Vejo como um passo para a democratização e como momento importante para você começar a fazer com que as pessoas tomem conhecimento da universidade. Porém, acho que nesse primeiro processo vai ser difícil conseguir isso. A penetração das próprias associações de classe como a APUBH, o DCE e a ASSUFEMG, que têm caráter mais político, nos segmentos, ainda é muita acanhada. O trabalho é lento e não é de uma vez que se vai conseguir trazer toda a comunidade universitária para participar de um processo como este, mas seria o ideal. Acho ainda que com a conquista da autonomia universitária, poderíamos ter uma lista com número menor de nomes e o colégio eleitoral seria a própria comunidade.

E qual deve o comportamento do Colégio Eleitoral em relação ao resultado da consulta prévia?

Acredito que a grande maioria do Colégio Eleitoral vai acatar a decisão da comunidade, não haverá problema na homologação da lista. A minha preocupação, que agora parece que está sendo ultrapassada, é que nós tivéssemos um número de candidatos inferior a seis. Porque nesse caso ficaria muito difícil para o Colégio completar a lista e teríamos que enviar à Presidência da República uma lista com seis nomes.

Como a sra. vê o trabalho das entidades representativas dos segmentos da comunidade?

Acho que infelizmente elas têm pouco apoio da comunidade. A participação dos segmentos é ainda muito pequena. Acho fundamental a existência de associações de classe em qualquer comunidade. Então, dentro da comunidade universitária, o papel das associações de lutar e participar da atividade da universidade e das definições de políticas que interessem a cada um dos segmentos é muito importante. Quanto à mobilização da comunidade, quando há uma necessidade como reivindicação salarial, no caso de professores e funcionários, é maior a facilidade de recrutar o pessoal. Depois acaba. Acho que precisavam ter uma atuação mais regular, mais constante, e com a participação de uma porção maior da comunidade.

E da atuação do Conselho de Reitores, o que a sra. acha?

O CRUB tem, às vezes, tomado posições muito importantes que definem uma política das universidades, e outras vezes tem deixado muito a desejar em relação a essas posições. Mas eu acredito que é uma instituição importante porque no momento político que necessitava de posições mais corajosas ele chegou a tomá-las. Isso depende muito dos reitores que formam o conjunto. O fato das universidades particulares participarem do Conselho, é inevitável, dificulta um pouco decisões que seriam mais viáveis dentro das federais, como a defesa do ensino público e a questão das verbas. Não tem sentido uma verba federal ser destinada às universidades particulares.

> **"A reforma universitária acentuou a desintegração na universidade.**
>
> **Com a autonomia, o Colégio Eleitoral será a própria comunidade.**
>
> **A grande maioria do Colégio Eleitoral vai acatar a decisão da comunidade.**
>
> **Não tem sentido uma verba federal ser destinada às universidades particulares."**



Cid Veloso

Cid Veloso

Quais os principais pontos ou idéias de seu programa de candidato a reitor?

Cid Veloso — Eu não tenho um programa, porque acho que ele deve ser feito na medida em que são realizados os debates e mesmo após a posse do reitor, quem for indicado deverá trabalhar este programa junto com toda a comunidade. Ele não deve partir de uma só pessoa. A minha idéia de reitor é a do que coordene todo esse conjunto de idéias e o coloque em prática. O que eu tenho são algumas idéias sobre a universidade, de como esta deve ser, idéias também discutíveis. Eu acho que devemos defender princípios que estão muito ameaçados ultimamente. A UFMG deve se manter pública e gratuita, evitando-se sua transformação em fundação. Deve ser uma universidade voltada para a população também em termos de responder às suas necessidades ligadas à saúde, engenharia, arquitetura, direito, toda necessidade que a população tem em relação a isto deve ser respondida pela universidade. Respondida não depois da formatura do profissional, mas desde o curso de graduação. Em outras palavras, o aluno deve fazer sua aprendizagem integrado à comunidade e não como no modelo clássico em que ele aprende dentro dos muros da universidade e posteriormente quando tira o diploma é jogado na sociedade, ou seja, numa realidade que não aprendeu a enfrentar. A universidade tem que estar dentro da comunidade.

A universidade deve se voltar para a população.

Com a autonomia, a universidade pode se adequar melhor à sua realidade.

A participação da comunidade universitária não deve terminar na eleição.

É natural que o Colégio atenda a vontade da comunidade.



E como viabilizar esta integração?

Através da prestação de serviços. O exemplo mais característico é dado pelo "campus" da saúde, que presta serviços à comunidade em vários setores, no próprio Hospital das Clínicas com seus vários prédios, em laboratórios periféricos, no Internato Rural na zona de Montes Claros, Teófilo Otoni, de várias outras cidades do Estado e Grande BH. Com isso, a universidade não está só prestando serviço à comunidade, como também formando o aluno dentro da nossa realidade regional. Eu chamaria isso "integração docente assistencial". O aluno aprende e presta serviços ao mesmo tempo. Todas as unidades podem ter o mesmo tipo de diretriz, que além de resposta à comunidade, é uma diretriz pedagógica. Para isso, precisa haver uma transformação curricular para atender princípios dessa integração com a comunidade. O aluno deve ser cirricularmente levado à comunidade como parte de sua atividade didática. É assim que deve ser feita a inserção da universidade na comunidade.

Existem também outros problemas graves, como o problema de pessoal que é sérissimo. Por pessoal, entendo as pessoas que vivem dentro da comunidade universitária, sejam alunos, professores e funcionários. Os servidores estão com salários muito defasados, o que cria uma insatisfação muito grande. Há, ainda, uma série de problemas funcionais que devem ser corrigidos, como desvio de função, salubridade. Alguns direitos que os servidores, precisam adquirir, como atendimento à saúde. Assim como assistência, professores, servidores e alunos devem ter acesso a todos os serviços prestados pela universidade.

A qualificação de professores também é importante. É difícil para o professor fazer não só cursos de pós-graduação, como também obter bolsas em outros locais do Brasil e exterior. Devemos estimular a qualificação docente. O que se visa no final é a melhoria da qualidade de ensino, que nas últimas décadas caiu vertiginosamente, em todos os níveis, desde o 1.º grau até o superior, nesse último de uma maneira muito acentuada, com o desprestígio que a universidade obteve por parte dos governos anteriores. Não só desprestígio mas mesmo uma deliberada intenção de esmagá-la. Porque a universidade é a força pensante do País, e isto incomoda e ameaça o governo autoritário.

Uma das preocupações atuais é a autonomia administrativa, financeira e pedagógica. É fundamental que a universidade adquira essa autonomia para poder funcionar de uma maneira mais desembaraçada, para poder realizar suas próprias atividades internas, uma política de pessoal mais coerente, mais adequada à sua realidade, e manejar suas verbas com maior flexibilidade. Acho fundamental para a sua sobrevivência essa autonomia. Sua conquista deve ser uma luta de toda a comunidade, não só do reitor, e deve passar, acredito, pelo CRUB, pelo MEC, governo federal e pelo Congresso Nacional.

Como o sr. vê o atual processo de escolha de reitor?

Vejo com satisfação que houve um progresso grande na escolha de dirigentes, com a participação ampla da universidade, o que vai permitir que o Colégio Eleitoral elabore uma lista com dados da preferência da comunidade. O ideal seria a eleição direta e a indicação do mais votado. Isso talvez na próxima eleição possa ocorrer. Será necessário mudar a legislação federal e a da universidade. Mas de qualquer maneira foi um grande passo dado no sentido da democratização. Agora, é necessário um processo de discussão e uma participação maior da comunidade não só do processo decisório mas também no que eu chamo responsabilidade em relação aos programas que irão ser realizados. A eleição pura fica sendo um caso muito isolado, muito frio: a pessoa vota mas não participa nem da discussão prévia e nem, depois, de uma responsabilidade em relação ao trabalho.

E o Colégio Eleitoral, qual deverá ser seu comportamento em relação à consulta prévia?

Acho que é uma atitude lógica, racional, que o Colégio ouça a comunidade. O Colégio Eleitoral definiu que vai auscultar a comunidade através dessa consulta. Então é natural que ele receba esse subsídio e atenda a vontade expressa pela comunidade. Acho que a atitude mais coerente, mais lógica, é que aprove a lista que for votada pela comunidade. É o que esperamos que aconteça.

Como o sr. vê o trabalho das entidades representativas da comunidade universitária?

Um trabalho muito importante, especialmente na fase mais negra dos governos anteriores, quando foram entidades muito ativas que ajudaram à universidade naquele momento de resistência. As associações tiveram um papel muito destacado nisso. Esse papel se manifestou mais nos movimentos grevistas, não só nisso, mas nesses momentos as coisas transparecem mais, e elas tiveram uma atitude de liderança que — ao contrário dos que receiam que elas teriam exorbitado de seu poder — acho que ajudaram a universidade, no sentido de reivindicarem, além de aumentos salariais, mais recursos para a instituição e prioridade para a educação. Sobre o risco de as associações terem uma força muito grande e sobrepujarem a universidade, acho que isso não existe porque a universidade é muito forte, e acredito na possibilidade de haver um equilíbrio de forças mas não o risco de se criar um poder paralelo. Evidentemente, este é um processo dinâmico e depende muito do equilíbrio das duas forças. Mas a minha avaliação do que tem acontecido é que há a possibilidade de a universidade não permitir o desequilíbrio dessas forças, de se manter esse equilíbrio de modo que as entidades juntamente com a universidade trabalhem em prol do fortalecimento da própria instituição.

E o Conselho de Reitores, como o sr. vê sua atuação?

Bom, como professor da UFMG e diretor do Hospital das Clínicas não tenho nenhuma relação direta com o CRUB, não conheço bem o seu funcionamento. Mas a minha impressão é de que ele deve ser um forum de debates das universidades, o lugar onde elas devem se congregar para obter uma força de pressão junto ao governo, para se obter melhorias para a universidade. É uma entidade que deve ser estimulada, reforçada. Do pouco que conheço, acho que precisa ter mais atuação política. Parece-me que o CRUB tem tido uma atuação frágil, precisa atuar mais firmemente em relação aos interesses da universidade brasileira.

Hélio Pontes

Quais os principais pontos de seu programa de candidato a reitor?

Hélio Pontes — As questões mais importantes que o reitor terá que enfrentar — seja qual for o reitor — são aquelas que colocam a universidade frente a poderes externos a ela. Em primeiro lugar, a questão da autonomia política, que deverá ser o reconhecimento de sua capacidade de escolher por si só seus dirigentes. A conquista da autonomia política envolve uma modificação de legislação e terá que ser uma ação conjugada das outras universidades porque há muita resistência a vencer. Por tradição, a nomeação do reitor cabe ao Presidente da República. No fundo disso, a crença de que o Estado submete a universidade aos interesses da sociedade. Mudar essa concepção não é fácil. Mas é uma batalha da universidade pública federal.

De maior relevância também é a autonomia administrativa. Dessa, o ponto mais importante é a autonomia em matéria de administração de pessoal. Fazemos parte do sistema de pessoal civil da União, cujo cabeça é o DASP, e essa vinculação, que se estende ao plano de cargos e ao plano de salários do governo federal, inibe terrivelmente a ação da administração da universidade. Esse é um problema crucial. Em matéria de salário, por exemplo, para atender a diferentes situações de conjuntura a universidade foi criando diferenciações entre seu pessoal. Ao lado de seu pessoal técnico e administrativo vinculado ao plano de classificação de cargos da União, há uma série de funcionários distribuídos por tabelas especiais, criadas para atender a circunstâncias de momento. Mas à medida em que se criava uma tabela nova, criava-se um problema de estrutura, que era a diferenciação entre pessoas que, com as mesmas funções, passam a ter salários e condições de promoção na carreira diferentes. Então, a única possibilidade que a universidade tem de resolver o seu problema de administração de pessoal é através de um plano de cargos e salários próprio. Isto supõe que ela realmente ganhe autonomia administrativa. Teremos que convencer o governo federal de que as universidades públicas precisam ter um sistema de pessoal próprio. Desvincular o nosso quadro de servidores do quadro da União é a única maneira que teremos, primeiramente, de corrigir essas distorções, e em segundo

lugar, de resolver o antigo problema entre autarquia e fundação. Para os funcionários técnicos e administrativos, sobretudo, um pouco mais que para os professores, essa unificação de sistema de pessoal representa um salto salarial que de outra forma eles não conseguiriam.

Outra questão é a da autonomia financeira. Para que a universidade possa ter um orçamento baseado no seu plano de trabalho, precisamos inverter o sistema de fazer orçamento. Atualmente o Ministério nos diz que iremos receber tantos bilhões para a manutenção. Queremos discutir o volume de recursos em função do que estamos pretendendo fazer. Esta questão coloca a universidade frente a um poder externo extremamente difícil, que é o da SEPLAN. Há uma série de dificuldades a vencer e qualquer reitor vai ter que trabalhar nesse sentido. Todo o problema da universidade começa com a definição de sua autonomia.

Finalmente, a questão da definição da função social da universidade. Esta definição vai exigir uma longa reflexão. Porque não é uma reflexão que se possa fazer internamente, mas que tem a ver com as expectativas da sociedade em relação à universidade. Quais são essas expectativas? Não somos nós que iremos dizer. Temos que levantar essas expectativas, analisá-las, reelaborá-las internamente, devolvê-las reelaboradas para a população, para dizer o que realmente compete e o que não compete à universidade, de tal maneira que o seu papel fique muito claro não só para nós mas para a sociedade. Esse é um projeto político que a instituição vai ter que enfrentar.

Como o sr. analisa o atual processo de escolha de reitor?

Da última elaboração de lista para a atual, nós avançamos muito. Na última eleição – inclusive fui candidato – sugeri que procurássemos abrir um pouco o processo, exatamente para acobertar a universidade da pressão externa. A formação de listas no período anterior foi muito fechada. Nas outras vezes, o candidato surgia na reunião do Colégio Eleitoral. Na última vez, marcamos uma data com dois ou três meses anterior à data da formação da lista, exatamente para permitir que os candidatos se declarassem de público, e participassem do processo de discussão sobre as questões da universidade, de modo que no final os nomes seriam naturalmente conduzidos ao Colégio Eleitoral. E foi o que aconteceu. Os nomes mais identificados com a comunidade foram os nomes que entraram na lista. Mas naquele momento ninguém colocou a questão da eleição direta. Parece que não tínhamos amadurecido politicamente para tanto ou já nos contentávamos com aquele passo, significativo em relação ao processo anterior. Mas agora não. Depois da campanha das diretas e da eleição de Tancredo, a universidade, como uma instituição da sociedade, foi penetrada pela mesma disposição democrática. O processo da UFMG ocorre depois de ter acontecido sobretudo em duas universidades importantes, a Federal do Rio de Janeiro, por ser a maior do País, e a de Brasília, por ter sido a mais violentada pela ditadura. A UFMG vai seguir essas duas e o peso das três, a meu ver, vai dar mais força à eleição direta como uma forma de proceder à escolha de dirigentes. E diria, mais, que o desfecho do processo vai assegurar a autonomia política que a gente deseja. Vamos mobilizar o Congresso Nacional e conseguir uma lei que corresponda ao novo estágio histórico do País.

CANDIDATURAS

> “Para resolver seu problema de pessoal, a universidade deve se desvincular do DASP.
>
> É preciso definir qual é a função social da universidade.
>
> O desfecho do processo de escolha de reitor assegurará a autonomia política que desejamos.
>
> O Colégio Eleitoral vai assumir a sua responsabilidade social.”



Hélio Pontes

Qual deverá ser o comportamento do Colégio Eleitoral em relação à consulta prévia?

Não tenho a menor dúvida de que o Colégio vai compor a lista sêxtupla com nomes de preferência da comunidade. O Colégio Eleitoral historicamente tem seus critérios, que não são diferentes dos nossos. Agora, aos critérios tradicionais do Colégio Eleitoral, vai se somar com o peso total a indicação que a comunidade fizer. Não tenho a menor dúvida de que o Colégio Eleitoral vai referendar o resultado das listas. Acho que o Colégio — e a colocação que ali se fez me parece correta — não pode, por um princípio de lógica, firmar compromisso em nome de seus membros. Contudo, não tenho dúvida nenhuma de que o Colégio vai assumir a sua responsabilidade social.

Como o sr. vê a atuação do Conselho de Reitores?

Essa é uma questão delicada. É muito importante para a luta por autonomia, por um plano de cargos e salários novos, uma carreira de magistério nova, que as universidades tenham um foro comum de coordenação, de colocação de suas questões, de discussão de estratégias, mobilização, grupo de pressão. O conselho de Reitores precisa representar esse papel. Acontece que ele acabou sendo o conselho dos reitores de todas as universidades brasileiras, algumas com diferentes visões do problema do ensino superior, diferentes responsabilidades sociais, e as diferenças começaram a se chocar. Então de foro comum, ela acaba se transformando num foro de divergências, dificultando a unidade. É preciso que no CRUB haja uma seção das universidades públicas, que represente o interesse delas. É uma questão complicada, porque uma seção de universidades públicas supõe que deva haver uma seção das particulares. Cada seção dessa coloca uma dificuldade para o Conselho pois ele precisa ter uma direção unitária. O problema é delicado, mas nós precisamos do Conselho.

Como o sr. vê a atuação das entidades representativas dos segmentos da comunidade universitária?

Vamos começar pela mais antiga, o Diretório Central dos Estudantes. Os estudantes têm uma posição política histórica, são politicamente uma força organizada. Em certos momentos, essa capacidade de organização pode estar enfraquecida, dificultada pelas múltiplas facções do movimento estudantil, mas de qualquer maneira esse movimento é uma força importante dentro da universidade. Depois, quase ao mesmo tempo, se constituiu a entidade representativa do corpo docente e a do corpo de funcionários técnicos e administrativos. Elas passam a ser duas realidades dentro da universidade. E devem ser consideradas e respeitadas. É claro que cada uma delas tem interesses específicos. Poderia dizer que cada entidade, de uma certa maneira, corresponde a uma representação sindical da categoria. E que eventualmente elas possam assumir feição corporativa, mas de qualquer modo que se veja essas entidades, elas precisam ser tratadas pelo reitor como componentes de força do sistema de poder da universidade. Os três componentes de força do sistema, mais o quarto, que é o poder político da reitoria, têm que se compor para obter uma resultante de equilíbrio no interesse da instituição. Na medida em que estamos legitimando o reitor pela participação paritária dos três segmentos, elas passam a ser co-responsáveis pelo projeto político da universidade, porque, além do projeto político de cada segmento, o que temos é o grande projeto da universidade. Nesse sentido, o reitor, com o poder da reitoria, ou em nome do poder da universidade como um todo, não pode desconhecer a realidade política dos três segmentos, sem o que ele não conseguirá ser o representante político da comunidade como um todo.

URNAS INDICAM CANDIDATO NA ENGENHARIA

A Escola de Engenharia realizou nos dias 11 e 12 de setembro uma consulta aos membros daquela Unidade com o objetivo de verificar o respaldo dos postulantes à candidatura para o cargo de reitor. Postulavam a indicação os professores Gledson Luiz Coutinho, do Departamento de Engenharia Industrial, e José Martins de Godoy, do Departamento de Engenharia Metalúrgica, que foi escolhido candidato da Unidade.

A consulta foi coordenada pela direção da Escola e contou com a participação de 44% dos estudantes, 50% dos professores e 80% dos funcionários, num total de 3.400 votantes. Foram utilizados os mesmos critérios de paridade de votos que funcionarão na eleição do dia oito de outubro, equivalente cada voto de professor e funcionário a seis votos de alunos. Somou-se um total de 5.460 votos, sendo 63% destes dados ao professor José Martins de Godoy.

ENQUETE NO ICB LANÇA CANDIDATO

Por iniciativa dos núcleos da APUBH e da ASSUFEMG e de um grupo de professores do ICB, foi realizada no dia 10 de setembro uma enquete entre funcionários professores e estudantes daquela unidade, para se conhecer a preferência dos membros da comunidade em relação aos nomes de candidatos a reitor. A enquete, que tinha como intenção primordial incentivar o debate sobre a escolha do próximo reitor da UFMG, contou com a participação de 137 dos 230 funcionários, 96 dos quase 3.000 estudantes e 83 dos 260 professores.

Cada participante deveria votar em até três nomes de professores, que poderiam ser de qualquer unidade da UFMG. Na apuração foi adotado o critério de proporcionalidade estabelecido pela Comissão Eleitoral Central, que determina peso 1 para o voto de estudante, 3,4 para o voto do de funcionário e 8 para o voto de professor. Assim, os 96 votos



dos estudantes valeram 96; os 83 dos professores valeram 664; e os 137 dos funcionários valeram 466 votos. Como não havia candidatos pré-estabelecidos, isto é, inscritos para



concorrer à enquete, 119 nomes de professores foram apontados pelos 316 votantes.

Na contagem geral, os seis nomes mais votados foram: Edward Félix da Silva, diretor do ICB, com 517 votos; Hélio Pontes, 216 votos; Carlo Américo Fattini, 183 votos; Beatriz Alvarenga, 150 votos; Eduardo Osório Cisalpino, 138 votos; e Ângelo Machado, com 127 votos.

Por categoria, os três mais votados foram: Professores: – Edward Félix da Silva, 41 votos; Hélio Pontes, 22; e Beatriz Alvarenga, 14. Funcionários - Edward Félix da Silva, 54; Carlo Américo Fattini, 42; Eduardo Osório Cisalpino, 14. Estudantes – Beatriz Alvarenga, 24; Humberto Coelho de Carvalho, 23; e Carlo Américo Fattini, 15 votos.

No dia seguinte à realização da enquete, os resultados foram divulgados em uma reunião onde os mais votados puderam expressar suas opiniões a respeito do processo de escolha do reitor.

O professor Edward Félix da Silva oficializou sua candidatura, inscrevendo-se junto à Comissão Eleitoral Central.

A pesquisa de opinião

A pesquisa de opinião realizada pela APUBH, ASSUFEMG e DCE, nos dias 12 e 13 de setembro serviu de termômetro para aferir o anseio da comunidade com relação ao comportamento do Colégio Eleitoral diante do resultado da eleição do dia oito de outubro. Como se sabe, serão levados àquele Colégio todos os nomes votados pela comunidade, para composição da lista sêxtupla da qual sairá o próximo reitor da UFMG.

A cédula informava que a comunidade universitária irá eleger no dia 08/10 uma lista de candidatos a reitor, indagando se o Colégio Eleitoral deve respeitar o resultado da prévia, na mesma ordem em que for votada pela comunidade, com as opções para resposta "sim" e "não". Responderam "sim" 4070 votantes, o que representa 93,6% do universo pesquisado. Responderam "não" 203 votantes, 4,7% do universo. Os votos nulos e brancos, num total de 73, representam 1,7% dos votantes. Responderam à pesquisa 4.346 eleitores, sendo 706 professores, 1.247 funcionários e 2393 estudantes.

Por motivos variados, a consulta não foi realizada nas Faculdades de Odontologia e Direito, Escola de Belas Artes e Colégio Técnico, além de que em algumas unidades não foi possível realizá-la em tempo integral.